

CRISE PARTIDÁRIA

PL tenta manter Eduardo Bolsonaro

Deputado demonstrou insatisfação com o presidente Valdemar Costa Neto

» EDUARDA ESPOSITO
» ISRAEL MEDEIROS
» MAIARA MARINHO

O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), tem atuado para tentar contornar a insatisfação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) com a sigla. O esforço é para evitar que ele saia do partido, conforme tem dito em entrevistas e a interlocutores ao longo da última semana. Eduardo está insatisfeito com a forma como o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, reagiu à ocupação, por deputados e senadores da oposição — a maioria do PL — dos plenários da Câmara e do Senado.

Nos bastidores, Valdemar teria condenado a ideia, embora tenha evitado dar declarações sobre o assunto ao longo da semana. “Não estou satisfeito. Deixei isso claro para Valdemar (Costa Neto). O partido não ajuda em nada. Hoje, não penso em sair. Mas até março (do próximo ano) posso avaliar para sair”, disse o deputado à CNN na sexta-feira (8). Na entrevista, o parlamentar também disse não se sentir apoiado pela sigla em seus projetos.

O **Correio** ouviu nomes-chave da sigla no Congresso, que minimizaram a situação e creditaram as declarações ao momento vivido pelo deputado. Eduardo está nos Estados Unidos desde abril, quando se licenciou do seu mandato para se dedicar exclusivamente ao lobby, junto às autoridades norte-americanas, para impor sanções ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Foi de lá que acompanhou as primeiras medidas do ministro contra seu pai justamente por sua atuação nos Estados Unidos: Bolsonaro primeiro colocou uma tornezeira eletrônica e depois passou a cumprir prisão domiciliar. Também está proibido de falar com Eduardo Bolsonaro e de utilizar redes sociais, mesmo que de terceiros.

“O Eduardo Bolsonaro está passando um dos piores momentos de sua vida com a prisão do pai e a adaptação a outra cultura. Tenho convicção de que vamos dialogar, e essa insatisfação dele vai passar”, disse o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), ao **Correio**. Ele foi um dos principais responsáveis pela

Reprodução / X



Esforços parecem insuficientes para manter o congressista na legenda. Decisão será tomada em 2026



O Eduardo Bolsonaro está passando um dos piores momentos de sua vida com a prisão do pai, e a adaptação a outra cultura. Tenho convicção de que vamos dialogar, e essa insatisfação dele vai passar”

Sóstenes Cavalcante,
Líder do PL

mobilização da oposição na Câmara na última semana depois da prisão de Bolsonaro.

Já o senador Rogério Marinho (PL-RN), que coordenou parte da mobilização no Senado, negou que a postura de Valdemar tenha sido a de se opor aos movimentos no Congresso. O congressista disse ao **Correio** que o presidente do PL apoiou a bancada e que os parlamentares não viram qualquer omissão por parte do cacique partidário.

Procurado pela reportagem na sexta-feira (8), Valdemar disse que foi orientado por seus advogados a não dar entrevistas sobre o assunto. O presidente chegou a ser indiciado por ligação com a trama golpista que, segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), foi liderada por Jair Bolsonaro. O Ministério Público, no entanto, não o denunciou. Uma proximidade com a

ocupação pró-anistia no Congresso, no entanto, poderia ser problemática diante da Justiça.

Neste sábado, no entanto, Valdemar publicou uma nota em apoio aos parlamentares de oposição que entraram na mira da Presidência da Câmara. “É importante esclarecer que as manifestações realizadas no plenário tiveram caráter pacífico e legítimo, com o objetivo de resgatar a discussão e a votação da pauta da anistia, bem como de reforçar a defesa da autonomia entre os Poderes”, afirmou.

“O PL expressa total apoio aos seus parlamentares, que agiram movidos pela responsabilidade de representar milhões de brasileiros que esperam que suas vozes sejam ouvidas. Confiamos no devido processo legal e nas instâncias competentes para que se reconheça a legitimidade de suas ações”, diz a nota publicada por Valdemar.

Atuação de parlamentares na mira

Ed Alves/CB/D.A Press



Ocupação do plenário foi reprovada pelo presidente do PL

representados, disse que a medida — capitaneada por líderes da base do governo — “não é fruto da justiça, mas do desespero”. “Ser representado ao Conselho de Ética pela chamada suprema esquerda é, no mínimo, um distintivo de honra. É a prova incontestável de que nossa atuação tem incomodado

muito aqueles que, no passado, não hesitaram em usar das mesmas armas contra nós”, disparou o deputado, em uma publicação em seu perfil no X.

“Espero uma análise de equilíbrio, seriedade e justiça do nosso Sorengedor Diego Coronel (PS-D-BA) e apresentaremos nossa

defesa com a firme convicção de que o arquivamento imediato é o único desfecho possível. Não há, no Regimento Interno desta Casa, qualquer dispositivo que proíba o ato legítimo que realizamos nesta semana”, continuou.

Um dos deputados que figura na lista de possíveis punidos é o líder do Novo, deputado Marcel van Hattem (RS). Na quarta-feira (6), o parlamentar impediu que o presidente Hugo Motta se sentasse na cadeira da Presidência da Câmara e encerrasse o motim dos bolsonaristas mesmo depois de um acordo. Ontem, o partido saiu em defesa de van Hattem e chamou a representação contra ele — e contra seus colegas — de “abusiva”.

“O Novo repudia veementemente essa tentativa de perseguição política e reafirma seu compromisso com a igualdade perante a lei. Seguiremos firmes na defesa da democracia e na luta para que as regras sejam iguais para todos, sem exceção”, disse a sigla em nota. O partido defendeu, ainda, a obstrução feita pelos parlamentares ao longo da semana. “A obstrução parlamentar é um instrumento político legítimo e tradicional do jogo político, amplamente usado pela esquerda quando era oposição, sem qualquer sanção”, escreveu o partido.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Agressão externa e radicalização interna, arma-se a tempestade perfeita

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), não tem a dimensão da sua responsabilidade histórica diante do impasse institucional que se arma a partir da crise diplomática e comercial do Brasil com os Estados Unidos. Seu comportamento durante as 30 horas em que um grupo de parlamentares bolsonaristas sequestrou a Mesa Diretores da Câmara, em protesto contra a prisão domiciliar de Jair Bolsonaro, revela isso.

Fosse qualquer um dos que o antecederam, a resposta seria dura e imediata, à altura do poder e da liturgia do cargo que exerce. O comando da Câmara é presidencialista, essa autoridade não pode ser afrontada, ainda mais numa Casa cuja característica principal é o diálogo como método de formação de maiorias e não a força física.

Motta foi ungido à Presidência pelo deputado Arthur Lira (PP-AL), que exerceu às claras o papel de “eminência parda” nessa crise, ao negociar com a oposição e o Centrão um acordo para desocupação da Mesa, sem a participação nem conhecimento do presidente da Câmara. Jamais isso ocorreria, por exemplo, com o falecido deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA). A pauta da Câmara é uma prerrogativa da Presidência, não precisa necessariamente ser compartilhada com o colégio de líderes.

Depois de humilhado pela turba que tomou de assalto a Mesa da Câmara, Motta está sendo emparedado pelos líderes do Centrão e os membros da própria Mesa da Câmara, para que os deputados que o desacataram não sejam punidos como deveriam. Essa é a lógica de decisão de mandar o caso para a Corregedoria, dela para o Conselho de Ética e, então, de volta à Mesa, para as devidas medidas administrativas. Ou seja, virou candidato à rainha da Inglaterra, com todo respeito pela monarquia britânica.

Motta foi impedido fisicamente de assumir sua cadeira, por cerca de 7 minutos (mais tempo do que algumas votações relâmpagos realizadas na Câmara por seu antecessor). Não se trata de um caso trivial de queda de decoro parlamentar. O que exigiam os baderneiros? Anistia para golpistas, o impeachment do ministro Alexandre de Moraes e o fim do foro privilegiado, na marra. O que houve ali foi um ensaio geral do que a oposição pretende fazer caso o ex-presidente Jair Bolsonaro seja condenado pelo Supremo.

A leniência de Motta é mais grave do que a de Davi Alcolumbre (União-AP), que também até agora nada fez em relação aos senadores que se acorrentaram à Mesa do Senado. Presidente do Congresso, Alcolumbre também merece ser criticado, embora tenha tido a coragem de avisar que não vai pautar o pedido de impeachment de Alexandre de Moraes, protocolado por 41 senadores da Casa, a maioria por convicção, outros por conveniência e alguns porque foram intimidados pelas redes sociais.

Dimensão da crise

Tanto Motta como Alcolumbre não estão tendo a dimensão da crise institucional que se arma como uma tempestade perfeita, a partir da convergência de dois vetores: a agressão externa, com um tarifaço de 50% sobre produtos brasileiros, e a escalada de extrema direita com objetivo de deixar o país ingovernável para constranger o STF e proteger Jair Bolsonaro. São evidentes as articulações entre o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que continua recebendo salário e verbas de gabinete, e o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, para pôr o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Supremo de joelhos.

Como não houve a capitulação nem de Lula nem dos ministros do STF, o epicentro dessas pressões se deslocou para o Congresso. A extrema-direita e lobbies de agronegócio e indústrias mais atingidas pelo tarifaço operam para que as exigências de Trump sejam atendidas, mesmo que para isso a anistia e o impeachment de Moraes sejam aprovados. A oposição alega que Lula provocou Trump com gestos ideológicos (como propor o abandono do dólar), e que decisões do STF configuram “restrições às liberdades”. Usa esse argumento para justificar o tarifaço e mobilizar apoio à anistia de Bolsonaro. A obstrução no Congresso, porém, paralisa votações importantes, como o projeto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco salários-mínimos.

Vivemos um “novo normal” de protecionismo sem limites. A OMC está paralisada, o comércio global passa por um processo de caos e desorganização normativa. O governo Lula busca apoio de parceiros multilaterais e tenta rearticular canais comerciais com outros países afetados pelas medidas unilaterais dos EUA, mas isso exige tempo. O chanceler Mauro Vieira defende uma resposta articulada e técnica para a crise diplomática e comercial, porém, não se mata fome de elefante com alface. Trump não quer conversa, deseja Bolsonaro de volta ao poder e trabalha para desestabilizar o país.

Na prática, a agressão externa e a radicalização interna estão ocorrendo porque o interesse do “clã Bolsonaro” foi colocado acima dos interesses nacionais e converge com as intenções de Trump em relação à subordinação do Brasil, que trata como se fosse reserva de mercado para os EUA. Como nosso regime democrático é um obstáculo a isso, iniciou-se uma nova escala golpista, inspirada naquela que levou à tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Cabe indagar: caso Trump fosse presidente dos EUA, os golpistas de 8 de janeiro teriam fracassado?

Deixo a pergunta e entro em férias; até breve.